

UMA CRÍTICA AO CARÁTER IDEOLÓGICO EMANCIPATÓRIO DA POLÍTICA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA IMPLEMENTADA PELO GOVERNO BRASILEIRO (2002-2013)

A CRITIQUE OF THE EMANCIPATORY IDEOLOGICAL CHARACTER OF THE SOLIDARITY ECONOMY POLICY IMPLEMENTED BY THE BRAZILIAN GOVERNMENT (2002-2013)

*Douglas Fernando dos Santos Godoy*¹

*Ivan Ferreira de Campos*²

RESUMO: Esse artigo objetivou analisar o caráter ideológico emancipatório da política de Economia Solidária adotada entre 2002 e 2013 no Brasil à luz do conceito de emancipação social da perspectiva “marxiana”. Esse estudo, que é qualitativo, apoiou-se nas contribuições metodológicas de Godoi, Bandeira-de-Mello e Silva (2006). Inicialmente, artigos clássicos que tratam do conceito de emancipação foram consultados, como os de Marx, Engels e Gramsci. Em seguida, concentrou-se em artigos contemporâneos sobre Economia Solidária, como os de Singer, Santos e Barbosa. Pôde-se concluir que existe um distanciamento significativo entre as propostas de emancipação delineadas por Marx e aquelas que dão suporte à Economia Solidária nos padrões atuais. Essa conclusão revela uma mudança ideológica do movimento, que deixou de ser independente para se aliar ao Estado, contribuindo assim para a superação de problemas gerados pelo capitalismo, como desemprego e desigualdade social e, por consequência, para a continuidade do sistema do capital.

PALAVRAS-CHAVE: Emancipação Social. Economia Solidária. Políticas Públicas.

¹ Doutorando em Ciências Sociais pela UNESP-Marília; Mestre em Administração pela Universidade Estadual de Londrina (UEL); graduado em Administração pela Universidade Estadual de Londrina (UEL); Docente do Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP). <https://orcid.org/0000-0002-5682-7424>

² Nascido e criado na cidade de Londrina, graduado em Administração pela Universidade Estadual de Londrina - UEL(2006), especialista em Administração de Marketing e Propaganda pela mesma instituição (2008), e Mestre em Administração - UEL - Programa de Pós-Graduação em Administração - (2014). Atuante como consultor de empresas e palestrante, com experiência no setor tecnológico desde 2002. Sou pesquisador da grande área da Administração com ênfase em marketing, estratégia, comportamento do consumidor, desenvolvimento sustentável, teoria das organizações, economia solidária, políticas públicas e gestão universitária. Coordenei de setembro de 2013 até setembro de 2014 o Curso de MBA em Empreendedorismo para Micro e Pequenas Empresas pela marca UNOPAR no formato EaD - Kroton. Desde de novembro de 2013 sou coordenador do Curso de Bacharelado em Administração na modalidade EaD - UNOPAR (Kroton), e desde 2015 coordeno o mesmo curso pela marca Anhanguera UNIDERP. <https://orcid.org/0000-0002-0514-0438>

<https://doi.org/10.36311/1982-8004.2020.v13.n2.p77-96>



This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License.

ABSTRACT: This article aimed to analyze the emancipatory ideological character of the Solidarity Economy policy adopted in Brazil between 2002 and 2013 in the light of the concept of social emancipation from a “Marxian” perspective. This study, which is qualitative, was based on the methodological contributions of Godoi, Bandeira-de-Mello e Silva (2006). Initially, classical articles dealing with the concept of emancipation were consulted, such as those by Marx, Engels and Gramsci. Then, it focused on contemporary articles on Solidarity Economy, such as those by Singer, Santos and Barbosa. It was possible to conclude that there is a significant gap between the emancipation proposals outlined by Marx and those that support Solidarity Economy in current standards. This conclusion reveals an ideological change in the movement, which has gone from being independent to allying itself with the State, thus contributing to overcoming problems generated by capitalism, such as unemployment and social inequality and, consequently, to the continuity of the capital system.

KEYWORDS: Social Emancipation. Solidarity Economy. Public Policy.

INTRODUÇÃO

A sociedade contemporânea se encontra diante de um cenário de constantes crises, a saber: uma grande crise social fundamentada na desigualdade e no poder econômico; uma crise ambiental gerada principalmente pelo consumo excessivo das sociedades modernas e pela degradação dos recursos naturais; uma crise de sociabilidade caracterizada pelo empobrecimento das relações e dos valores humanos; além de uma série de crises econômicas espalhadas, ora em nível local, ora em nível global.

De acordo com Santos (2002), estas crises foram desencadeadas a partir da consolidação do modelo social capitalista, organizado ao redor de uma lógica econômica que acabou por desgastar as condições de vida em sociedade. As contribuições de Marx (1844; 1847), que, muito antes do surgimento destas crises, já presumia a perversidade do capitalismo, continuam atuais para compreender esse quadro que se desenrolou ao longo do Século XX.

O que parece evidente é que a economia mundial passa por um momento de grande fragilidade, a qual a racionalidade econômica das grandes organizações procura insistentemente atenuar. Essa fragilidade emana das contradições do capital apontadas por Marx (1998) como os fatores limitantes da continuidade do capitalismo. Dentre outros indícios, a inviabilidade do capitalismo se expressa na crise social, que, por sinal, é cada vez mais grave em razão do agravamento das desigualdades, da violência e das mazelas sociais.

O cenário de crises oferece um campo de oportunidades para a inserção de movimentos de oposição ao capitalismo. Um deles é a Economia Solidária, que ganhou força no Brasil nos últimos anos. De acordo com Singer (1999), esse modelo econômico e solidário nasce a partir das contradições presentes na sociedade, baseando-se na produção coletiva e na auto-gestão, primando pela associação dos indivíduos com objetivos comuns em favor do desenvolvimento de grupo. A Economia Solidária seria um movimento alternativo, que se apresentaria como opositor ao sistema do capital, e que teria como objetivo livrar os Homens das amarras do capitalismo, nos moldes do conceito de emancipação social forjado por Marx.

Contudo, alguns indícios apontam para uma descaracterização ideológica do movimento de Economia Solidária nos últimos anos, mais especificamente entre 2002 e 2013, quando esta se tornou uma política pública do governo brasileiro. Ao se aliar ao Estado, a Economia Solidária pode ter deixado de lado sua independência e passado a corrigir falhas de mercado geradas pelo capitalismo. O apoio do Estado à Economia Solidária pode ter sido estratégico. Ou seja, essa parceria pode ter sido realizada apenas porque o capitalismo não conseguiu resolver, sozinho, os problemas por ele gerados e não pelo reconhecimento da importância de movimentos alternativos ao sistema dominante no país. Diante disso, tem-se a seguinte questão: O caráter ideológico emancipatório da Economia Solidária foi descaracterizado entre 2002 e 2013 no Brasil?

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esse ensaio teórico é qualitativo, baseado especialmente nas contribuições de Godoi, Bandeira-de-Mello e Silva (2006). De acordo com Snape e Spencer (2008), pesquisa qualitativa é uma forma de tornar o mundo visível por meio de interpretação e práticas materiais. Especificamente nessa pesquisa, o esforço se deu na análise de artigos clássicos e contemporâneos, a fim de que se pudesse interpretar o caráter ideológico que está por trás da política de Economia Solidária brasileira adotada entre 2002 e 2013.

No primeiro momento, foram revisados alguns artigos de autores clássicos que contribuíram para o delineamento do conceito de emancipação social, como Marx, Engels e Gramsci. Em seguida, foram consultados estudos de autores contemporâneos, como Singer, Santos e Barbosa, que oferecem contribuições sobre a Economia Solidária. No curso deste processo foram visitados os conceitos já apontados na introdução desse estudo, como o conceito da emancipação, da economia solidária e da política pública da economia solidária.

Para a realização da análise, foram usadas contribuições “marxianas”, encontradas em Marx (1844), mais especificamente na obra *Manuscritos Econômicos Filosóficos*, bem como em outras obras do autor em parceria com Engels. Esse olhar contribuiu para revelar o caráter ideológico a partir de uma lógica de contradições. Mais especificamente, a análise foi subsidiada por: uma crítica da contradição dos discursos; uma crítica da contradição das práticas assistencialistas; uma crítica da associação política; uma crítica da ausência colaborativa; uma crítica da submissão ao mercado.

Essa análise, realizada a partir de contribuições teóricas de Marx e Engels, foi capaz de gerar conclusões importantes sobre o perfil ideológico da Economia Solidária no Brasil, além de hipóteses para a realização de futuros estudos sobre o tema.

A CRISE SOCIAL E A NECESSIDADE DE ALTERNATIVAS PARA COMBATÊ-LA

Se a sociedade é organizada de maneira incoerente com um sistema centrado na racionalidade econômica, em que a participação dos indivíduos nos resultados do seu trabalho é limitada, onde existe desigualdade e não há aproveitamento de todo um contingente de trabalhadores, tem-se o surgimento de uma série de problemas sociais, em especial a concentração de renda, que, por um lado, gera pobreza para um grande número de pessoas e, por outro, concentra riquezas nas mãos das classes detentoras dos meios de produção. Como afirma Dowbor (2006), a sociedade se encontra diante de um cenário de desigualdades, no qual as condições de vida estão longe de serem iguais.

Santos (2002) argumenta que as estruturas do modelo social capitalista geraram inúmeras crises ao longo do século XX, decorrentes de um aprofundamento dos aspectos degenerados da construção deste modelo. Sem que se possa dizer que autores como Karl Marx e Friederich Engels, ou mesmo Antonio Gramsci, dialogam em um mesmo contexto histórico que Boaventura de Souza Santos (pois estes não viveram em um mesmo período, ou não vivenciaram a experiência social capitalista da mesma forma), temos que os problemas anunciados pelos primeiros são retomados pelo segundo (feitas as devidas salvaguardas teóricas de relevância histórica), por se tratarem de problemas com características evolutivas.

Pode-se notar, não somente a partir destas leituras, mas também a partir de observação pessoal, que as estruturas de mercado, a produção em massa e a capitalização das economias mundiais geraram um excedente de trabalhadores, urbanização descontrolada, expropriação dos recursos naturais e disparidades na organização social. Como consequências, essas condições contribuíram para a redução do valor pago pelo trabalho e aprofundaram o desemprego, a vilania, a violência, a fome e a miséria.

Fora isso, a vida moderna, o individualismo e o consumo fortaleceram economias de mercado que tradicionalmente concentram riquezas e moldam estilos de vida que passam a cultivar o egocentrismo, deixando de lado os problemas sociais de parcelas marginalizadas da sociedade.

Todas essas condições restritivas se tornam mais graves e evidentes em países menos desenvolvidos situados na Ásia, África, América Central e América do Sul, onde a crise social toma contornos mais profundos, visto que existem maiores evidências dos problemas gerais da mesma (pobreza, fome, miséria e desemprego). No entanto, esta não é uma condição exclusiva das regiões menos desenvolvidas, pois na história recente, mesmo os Estados Unidos, a Alemanha, a França e o Reino Unido vêm enfrentando problemas de ordem social inerentes às crises econômicas.

Por conta desta crise e pela emergência decorrente dos problemas que ela gera, é claro que existe a necessidade de alternativas que possam superar o modelo capitalista ou que tenham o potencial para sanar os problemas desta crise social. No campo teórico, os primeiros movimentos de oposição ao *status quo* desencadeado pelo sistema dominante surgiram ainda no século XIX. Esta perspectiva dos fatos, que tem um caráter crítico, nasceu dos argumentos de Marx (1844; 1847; 1849) e evoluíram depois de sua parceria com Friedrich Engels.

Nota-se nessa fase de Marx e Engels (1848) que em O Manifesto Comunista a crítica da alienação era muito forte, mas não estava mais embasada apenas nos aspectos ideológicos do sistema, mas sim no fato de que os ideais liberais estariam corrompidos, em particular a democracia e o Estado, sendo que as instâncias de poder econômico que exerciam a alienação não estavam mais limitadas a agir apenas sobre os trabalhadores, mas também sobre os governos e suas instâncias políticas.

Gramsci (1916) faz uma leitura de uma sociedade posterior a Marx e Engels, mas, assim como estes, observou que a sociedade capitalista criou estratos distintos e equidistantes, tendo no topo da pirâmide os poderosos capitalistas, que se abrigavam dentro das fábricas espalhadas pelo mundo e, às vezes, dentro do próprio governo.

Além disso, Gramsci (1916) coloca que as alternativas opositoras que se formavam estavam distantes de um centro organizado, não sendo alternativas viáveis para a intenção de substituir o capitalismo, pois acabavam corrompidas em si pelo fascínio que o poder exercia sobre os liderados, gerando em vez de movimentos alternativos pela emancipação, movimentos deturpados de tirania.

Marens (2009) cita que movimentos oposicionistas acabaram historicamente sufocados pelo capitalismo e pelas raízes liberais, em grande medida por conta de que a gênese destes, que surgiram com uma orientação libertadora, de igualdade e emancipação, acabaram transviadas em uma crescente necessidade de poder, aliados, portanto, por atores centrais e tiranos.

Pode-se citar o anarquismo, o comunismo, o fascismo e até mesmo o nazismo, que enquanto movimentos opositores surgiram como alternativas ao capitalismo com ideologias que, como observado em Marx e Engels (1998), teriam condições de se configurarem como resistências emancipatórias, mas que, conforme Marens (2009) argumenta, perderam-se na ideologia corruptível que o próprio capitalismo plantou em seus líderes.

A preocupação tradicional de pensadores críticos, como Marx, e que não deixa de ser uma preocupação presente nos dias atuais, é como libertar os homens das amarras do capitalismo. Como se pôde observar, esse sistema é, ao mesmo tempo,

maléfico e sedutor. Por um lado, ele se apresenta como o responsável pelo progresso social. Por outro, mostra-se perverso, mergulhando as comunidades por onde se espalha em crises sociais profundas. Fato é que mesmo depois de muitas décadas de seu surgimento e de inúmeras tentativas de despojá-lo do poder, ele continua ativo. Diante desse cenário social de aprisionamento do Homem, torna-se imprescindível retomar ideias de pensadores críticos do passado, ideias que, por sinal, continuam aplicáveis nos dias atuais. Na próxima seção, trabalhar-se-á especialmente o conceito de emancipação social.

A GÊNESE DA EMANCIPAÇÃO SOCIAL

O ponto de partida para a necessidade de aspectos que distanciem os atores sociais das crises que perpassam a sociedade encontra-se embasado no que tradicionalmente tem sido chamado de alienação. A alienação, segundo Marx (1844), seria o desapossamento dos atores sociais de suas condições de conhecimento, tomada de decisões e apropriação de sua força de trabalho, que resultariam em um estado de total corrupção das liberdades individuais.

Considerando que os atores sociais estariam alienados, Marx (1847) coloca a modernidade como responsável por tornar as condições de vida mais difíceis e o capitalismo como o responsável pela alienação das pessoas. Neste sentido, Engels (1852) argumenta que, em uma leitura da organização social, tal qual se apresenta no contexto em que se encerra a modernidade, há indícios de que a alienação seria um caminho natural quando existe a desigualdade, e que esta é necessária para que o sistema social na lógica capitalista funcione.

Gramsci (1916) cita que a alienação e a desigualdade são fundadas sobre a condição racional de que os sistemas de produção e a apropriação, não apenas da força de trabalho, mas das habilidades e do senso crítico dos homens, os tornem objetos. Com a objetificação do Homem, chega-se ao ponto em que o sistema capitalista atinge o objetivo de usar o homem totalmente como instrumento de afirmação de suas instituições.

A exclusão que nasce da alienação dos homens em função da lógica de alcance dos objetivos econômicos do capitalismo gera a marginalização, que, por sua vez, gera a estagnação de pensamento. Adler (2009) coloca que os movimentos questionadores dessa crescente alienação na sociedade moderna são reprimidos por diversos instrumentos, como a violência, a legislação, o isolamento e a corrupção.

Sob este prisma surgem as discussões inerentes ao ser livre pensante, dono de si e que teria condições críticas e reflexivas para fazer oposição não apenas ao sistema

capitalista e à sua lógica centrada na economia, mas também de buscar modelos alternativos que lhe garantissem distanciamento desta sociedade em crise. No entanto, cabe a seguinte questão: de onde partiriam os preceitos de construção da emancipação?

Em uma sociedade em crise há uma série de contradições que acirram os dilemas e aprofundam as mazelas da organização civil. Marx (1847) ponderava veementemente que a sociedade capitalista tinha características que colocavam os atores sociais em condições de desigualdade, apartando da maioria os direitos básicos de que desfrutariam as elites.

A construção das características que causam essa grande crise da sociedade se deu sob a sombra de alguns aspectos como a centralização na economia, em que a sociedade estaria organizada em favor de uma lógica de acumulação de riquezas ou capital, valendo-se de todos os meios para atingir seus objetivos.

O segundo aspecto, encontrado em Marx (1849), estaria vinculado às relações de trabalho, em que os operários ou trabalhadores venderiam suas forças para o sistema de produção em troca de valores que lhes garantissem a participação social e o acesso a bens.

Em sequência, o terceiro aspecto, também encontrado em Marx (1849), seria o conjunto de relações de troca desigual em que a produção de excedentes geraria o consumo que não teria preços justos, exigindo cada vez mais trabalho para produzir mais, que geraria maior volume excedente, e ao mesmo tempo, exigiria maior volume e tempo de trabalho dos trabalhadores para que estes pudessem adquirir bens.

O quarto aspecto trabalhado por Marx (1849) seria a mais valia, em que o autor discute a injusta remuneração do trabalho em que a força de trabalho vale menos do que os bens produzidos. Ou seja, o trabalhador não seria remunerado de forma justa e precisaria trabalhar sempre mais para adquirir parcelas marginais de bens.

O quinto aspecto seria a alienação, situação em que, através das relações desiguais e do desenvolvimento das relações de consumo, os indivíduos legitimariam sua situação de marginalização. O último aspecto seria a dominação, que é exercida pelos atores políticos sobre os atores sociais por meio de um rígido sistema de controles embasado em normas e leis que devem ser seguidas pela sociedade em favor de objetivos econômicos.

Diante desta perspectiva, surgem distinções bastante visíveis entre os que são oprimidos e os que são opressores na sociedade, o que fomenta aquilo que Marx (1847) coloca como luta de classes, em que uma classe inferiorizada, marginalizada e dominada, entraria em conflito com a outra classe, dominadora, detentora de poder e que utilizaria de suas forças para manter as distinções entre as classes.

Marx (1847) usa a luta de classes para questionar o sistema e iniciar uma proposição de igualdade e posteriormente emancipação. Os argumentos relacionados à luta de classes se iniciam a partir de pontos já expostos e têm a figura central do trabalhador explorado e marginalizado, o proletariado, que compreenderia a maior parte da população, reafirmando a desigualdade social.

As lutas entre as classes se iniciam, segundo Marx (1847), por meio de coalizões que, ao perceber a exploração no trabalho, passam a não mais se preocuparem apenas em manter seus salários, mas sim em questionar as condições de trabalho e de justiça entre as partes. Esta transição, do primeiro estado de dominação para um segundo estado de contestação, marca o início da luta pela igualdade e de uma incipiente procura pela emancipação.

Essa seria a primeira base da igualdade pela qual os atores dominados passam a criar movimentos de resistência, ou seja, contra a corrente hegemônica. Marx (1847) aprofunda acerca dessa primeira base argumentando que a burguesia ao observar esses arranjos contestadores, passou a utilizar a organização econômica embasada no crescente consumo para tornar ainda mais massificada a condição de que apenas pelo trabalho é possível que a sociedade adquira bens, procurando minar as resistências a partir de excedentes de trabalhadores.

Estes excedentes de trabalhadores serviriam ao objetivo de manutenção dos postos de trabalho, uma vez que com um maior número de trabalhadores em relação aos postos de trabalho se produziria uma insegurança dos insurretos, um barateamento do trabalho baseado na clássica lei da oferta e demanda.

Essas abordagens estratégicas geraram a massificação do trabalho e do trabalhador e reforçou a ideia de que a classe não existiria para si, nem para organizar-se em função de seus direitos ou de uma condição mais justa, mas sim para alimentar e atender aos interesses da classe burguesa.

Na luta de classes, Marx (1847) coloca que o proletariado, ainda que observando o movimento de repressão pelo sistema econômico, passou a organizar-se para se constituir como uma classe independente e emancipada, no que ele chamou de luta pelos interesses da classe.

Chega-se à segunda base da igualdade, pela qual a classe oprimida passa a buscar a libertação por meio de uma nova organização social do proletariado. Engels (1852) aponta como sendo esta uma nova constituição ideológica com vias emancipatórias, em que os oprimidos, com base no antagonismo, procuram se constituir utilizando-se de sua condição de participação na sociedade original, através da força de produção.

Note-se que Marx (1847) cita que o capitalismo criou a partir de suas contradições as crises que poderiam abalar suas estruturas, pois dessas contradições emanam os conflitos. Surge disso a terceira base da igualdade, em que, de acordo com Marx e Engels (1848), a classe proletária identifica que sua luta e a sua libertação estariam alicerçadas na apropriação dos instrumentos de produção.

Um primeiro fator seria a força de produção e um segundo fator a organização dos fatores de produção, que juntos poderiam desestabilizar os sistemas de controle e dominação impetrados pela racionalidade econômica. Nesse momento, a igualdade seria atingida pela emancipação organizada sob vias não mais apenas de resistência ou questionamento, mas sim pela revolução.

Marx (1847) prossegue apontando que a revolução levaria a classe inferiorizada ao *status* de uma classe marginal e que os resultados da revolução poderiam significar a ruína da sociedade civil burguesa em que a classe proletária se elevaria como uma nova classe dominante. No entanto, o próprio autor questiona se essa classe ou essa nova constituição de sociedade seria capaz de representar uma sociedade que observaria as necessidades, os direitos e a justiça entre seus integrantes.

Marx (1847) continua argumentando que na sociedade capitalista os movimentos sociais são econômicos e políticos, mas que na nova sociedade proletária os movimentos sociais deveriam necessariamente se constituir como sociais. Nesta nova ordem, Marx e Engels (1848) observam que não existiriam mais classes, mas sim uma única classe organizada pelo equilíbrio em que os postulados seriam embasados não mais nos antagonismos, mas sim na equidade.

Interessante pensar que estes argumentos de Marx datam de um período de rompimento com a orientação filosófica de Hegel, e instauram as bases do pensamento em que o autor prosseguiria ao longo de suas demais obras e após o encontro com Engels.

Então o pensamento de emancipação plena se encontra no Jovem Marx, e o pensamento emancipatório pleno do autor teve sua gênese a partir dos delineamentos feitos por este nos Manuscritos de Paris, ou Manuscritos Econômico Filosóficos, em que surge a grande Crítica da Economia Política, contrária à ordem natural da sociedade de produção, racional e econômica.

O pensamento de emancipação plena teria para Marx (1844) um pilar inicial que seria a liberdade de pensamento, em que os atores sociais atingiriam um estado ou natureza de pensamento crítico a partir do esclarecimento. O esclarecimento na verdade partiria de um entendimento de si mesmos em relação ao contexto em que estivessem inseridos.

Neste contexto, o indivíduo observaria que o trabalho assalariado seria o maior instrumento de dominação exercido pelo sistema, e observaria também que a remuneração pelo trabalho seria desigual, uma vez que os dominadores nunca remunerariam de maneira justa o trabalho do operário. O operário, assim, representando toda uma classe, passaria a observar seus interesses pessoais e depois os interesses do coletivo, arquitetando de que forma poderia se livrar da dominação.

Esse é um ponto importante, pois os atores marginalizados observariam que por suas próprias forças poderiam aferir sua condição de libertação e emancipação do trabalho, uma vez que se organizando em função de suas forças de trabalho poderiam trabalhar para si mesmos.

Esse não seria um movimento de revolução, mas sim um movimento de emancipação em que a plenitude do pensamento estaria contemplada pela emancipação do trabalho. É importante que se diga que a emancipação para Marx não necessariamente exigiria a revolução, visto que tanto ele quanto Engels apegaram-se ao fato de que por vias revolucionárias haveria a possibilidade de não se atingir a emancipação, mas sim a tomada de poder.

Uma quarta instância da emancipação, segundo Marx (1844), tem como alicerces a inclusão do maior número possível de atores marginalizados pelo sistema, o que criaria grupos de resistência que somados poderiam desenvolver uma nova forma de organização social, em que os interesses coletivos fossem mais fortes que os interesses econômicos ou políticos.

Esta condição é a ponte à última instância do pensamento emancipatório proposto por Marx (1844), em que essa nova condição social levaria os atores marginalizados à uma condição de decisores de si mesmos, priorizando as condições de defesa dos interesses comuns que realmente fossem prioritários em relação a qualquer interesse de um sistema que concentrasse as condições para tomada de decisões na racionalidade econômica.

Com relação a estes pensamentos, pode-se inferir que isso seria uma nova forma de organização da sociedade, distante do capitalismo e centrada nos interesses de uma sociedade comum, um socialismo.

Pode-se dizer ainda que esta nova organização da sociedade, com pilares alicerçados no pensamento emancipatório de Marx (1844), recebeu mais atenção nas obras mais maduras e contundentes da crítica da economia política, algo facilmente relacionado aos pensamentos do socialismo utópico, posterior ao autor, e que, por exemplo, não foi seguido pelo socialismo científico soviético.

Ainda é importante colocar que Marx (1844) observa que a emancipação seria viável longe das revoluções se o homem tomasse a emancipação por meio de seu poder, o poder do trabalho. Isso aconteceria quando as forças de trabalho passassem a servir não mais ao sistema, mas sim aos grupos coletivos e aos interesses sociais. Essa seria a condição de emancipação a partir da capacidade civil e do exercício de uma cidadania comum embasada no interesse pelo bem dos demais. Dada as bases de emancipação social encontradas em Marx, parte-se agora para a ideologia emancipatória da Economia Solidária, da gênese ao padrão ideológico encontrado na política pública de Economia Solidária Brasileira, implementada entre 2002 e 2013.

A EMANCIPAÇÃO SOCIAL NA ECONOMIA SOLIDÁRIA

Posto que os argumentos expressam a necessidade de alternativas que deveriam se configurar como caminhos para a emancipação dos atores excluídos, um modelo alternativo seria o proposto por meio da Economia Solidária. Para Singer (1999), a Economia Solidária conjuga o verbo da viabilidade de tratamento para as desigualdades e mazelas sociais impostas pelo sistema capitalista, sendo que uma de suas vantagens é se tratar de um movimento opositor baseado na organização do trabalho.

Este processo tomaria como ponto de partida a existência de um contingente de atores sociais excluídos da organização formal do trabalho na sociedade capitalista que constituiriam uma nova organização do trabalho. De acordo com Singer (1999), o modelo econômico e solidário nasce a partir das contradições presentes na sociedade, baseando-se na produção coletiva e na auto-gestão, primando pela associação dos indivíduos com objetivos comuns em favor do desenvolvimento de grupo.

Uma grande condição acerca do modelo emancipatório pregado pela economia solidária é que esta deve observar necessariamente a equidade, a participação, o esclarecimento, a justiça, e a participação nas riquezas ou resultados, de maneira a que todos sejam parte da iniciativa e tenham responsabilidades equilibradas entre si, partilhando também dos benefícios e frutos do trabalho.

Porém, para que uma iniciativa atinja essa condição, é necessário que ela tenha condições de atingir a auto-gestão, que, para Singer (1999), seria a capacidade de as iniciativas solidárias caminharem com suas próprias forças, gerando resultados que propiciem aos seus membros a condição de atingir a sobrevivência em vias consideradas adequadas e, ao mesmo tempo, a condição pela qual a iniciativa pode, a partir de seus atores, definir os rumos adequados para seu desenvolvimento.

Tendo como pilares a livre participação, a democracia condicionada ao acesso à informação e ao poder de decisão igualitário entre os membros associados,

uma iniciativa econômica solidária teria condições de resistir ao sistema de mercado capitalista. Gaiger (2009) se aprofunda nesse argumento ao colocar que essa resistência dar-se-ia a partir do momento em que livres iniciativas organizadas sob esta perspectiva alternativa pudessem se sustentar entre si sem depender de relações comuns de mercado.

Segundo Mance (2002), a auto-sustentação das iniciativas solidárias estaria em uma perspectiva mais profunda condicionada à existência de uma rede de economia solidária, em que os empreendimentos solidários teriam condições de, embasados na lógica de oferta e demanda, suprir umas às outras sem que houvesse a necessidade de qualquer tipo de transação entre estas e as unidades organizacionais do mercado convencional.

Essa condição é tida como limitada ou utópica na perspectiva dos seguidores da linha singeriana, pois a organização de iniciativas solidárias é relativamente mais lenta do que a organização de unidades convencionais de mercado e as fragilidades das iniciativas impediriam o desenvolvimento destas redes.

Iniciativas solidárias precisam assumir contornos de pluralidade, com uma atuação que possa abranger diferentes áreas, pois esta seria uma forma de, mesmo sem a existência de uma rede de cooperação solidária, garantir que as iniciativas tenham como sobreviver, por se mostrarem necessárias no preenchimento de lacunas que o mercado não preenche.

Tem-se notado que as iniciativas do setor ainda carecem de maior estruturação para que possam atingir o *status* de necessárias à sociedade, visto que as competências dos atores e dos grupos são limitadas e pouco organizadas no sentido de dar viabilidade ao setor, tornando-as presas fáceis na selva capitalista. Como afirma Coelho (2009), a maioria das iniciativas possui uma orientação familiar ou extremamente amadora, com a pequenez dos negócios e a baixa relevância de muitas das atividades desenvolvidas.

Diante destes problemas estruturais, Singer (2002) argumenta que, diferentemente de empresas do setor público ou privado, que estariam inseridas dentro da lógica do mercado, uma iniciativa de economia solidária teria condições de prosperar apenas por meio de uma participação inicial do Estado, que aconteceria a partir de uma política pública que viabilizasse a estruturação da iniciativa.

De fato, essa vinculação entre Economia Solidária e Estado tem ocorrido no Brasil. Em 2003, criou-se no país a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES). O modelo econômico-solidário brasileiro foi instituído no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT), sucessor de Fernando Henrique Cardoso, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Para Barbosa (2008), o governo brasileiro, mesmo inconsciente dos limites entre a discussão e a execução da

política, procurou fazer seu dever de casa de maneira coerente, instaurando um modelo para esta política que fosse assistido por um órgão do governo, e não executado pelo governo de maneira direta. Para isso e por pressões de grupos que reivindicavam uma posição do governo, criou-se a SENAES, órgão vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

De acordo com Barbosa (2008), a criação da SENAES teve um impacto positivo, especialmente pelo fato de a secretaria estar sob o comando de Paul Singer, pesquisador referenciado na área, que demonstrava à época um grande compromisso com a efetivação da política pública nacional de Economia Solidária.

Barbosa (2007) cita que os objetivos centrais da referida política seriam: 1) reduzir reflexos de um desemprego estrutural; 2) gerar renda entre camadas pobres da população; 3) promover a auto-gestão de cooperativas ou associações de trabalhadores que estavam na informalidade; 4) criar bolsões de renda em torno das iniciativas; 5) criar uma agenda social como alternativa de geração de postos de trabalho.

Para Barbosa (2007), os objetivos desta política pública deixam transparecer os aspectos que caracterizam um enviesamento entre os objetivos essenciais da Economia Solidária (em especial o de promover a emancipação) e os objetivos fins do governo, que seriam de combater apenas parte dos problemas que, por vias tradicionais, não poderiam ser sanados, em especial a questão do desemprego.

Barbosa (2007) prossegue apontando que a formulação desta política voltada para a geração de renda, seja esta a partir da criação ou apoio a cooperativas, associações, ou empreendimentos sociais, para um debate e execução governamental, passava por um debate assistencial, pois toda a prática era experimental desde a própria política.

Desta maneira, parece que a Economia Solidária foi reduzida a uma política informal de emprego. De todo modo, Barbosa (2007) insiste na defesa da validade da política, colocando que seu propósito foi restrito inicialmente, mas o potencial de seus resultados teria impactos de longo prazo, especialmente no tocante às esferas em que estes poderiam ser sentidos, ou seja, no âmbito das iniciativas solidárias auxiliadas pela política pública.

Barbosa (2007) ainda acresce que todo o programa governamental da gestão que promoveu o pacote social tinha uma inclinação estratégica e, de certa forma, conhecia os limites da proposta, porém utilizou o modelo como uma forma de dar uma resposta à grande população que o havia colocado no controle do país.

O governo então se esforçou em, a partir destes interesses principais, construir uma política de sustentação da plataforma que se apresentou como uma não-ruptura,

ou seja, uma continuidade no tocante à política econômica e de mercado, mas acrescida de uma orientação social.

Singer (2002) argumenta que a SENAES, independente da orientação estratégica da ação do governo ou dos limites da política, surgiu oportunamente como uma forma de disseminação das ideias que sempre estiveram por trás da Economia Solidária e, inclusive, inclinou a iniciativa privada a observar como o modelo solidário poderia contribuir para alavancar bolsões de pobreza.

Tem-se conhecimento dos limites existentes no vínculo destas iniciativas com parceiros privados, em particular no tocante ao potencial de cooptação destas pelo segmento de mercado. De acordo com Barbosa (2007), existe uma perspectiva de descentralização de responsabilidades do Estado para as iniciativas no que se refere à promoção do emprego, e que isso serviria a um interesse obscuro de abster-se por exemplo de gerar empregos formais.

A Economia Solidária no Brasil, especialmente depois do seu enquadramento como política pública do governo federal, sofreu mudanças importantes em sua orientação ideológica. Perdeu seu caráter independente, para assumir uma parceria estratégica com o Estado. Com isso, acabou por contribuir para o fortalecimento do capitalismo, que, cabe destacar, tem se utilizado da Economia Solidária para reverter crises por ele geradas. Na próxima seção, apresenta-se uma crítica à ideologia da Economia Solidária no Brasil, a partir das contribuições da perspectiva “marxiana” a respeito dos ideais de emancipação social.

UMA CRÍTICA AO CARÁTER IDEOLÓGICO EMANCIPATÓRIO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

Tomando como ponto de partida a emancipação na perspectiva marxiana e o modelo de emancipação da economia solidária, deve-se analisar primeiramente que o Jovem Marx dialoga ainda hoje com os autores que defendem o modelo, dada a emergência da crise social e o clamor por alternativas que se apresentem como soluções para esses problemas.

Portanto, considera-se adequado sustentar a crítica deste estudo ao caráter ideológico emancipatório da Economia Solidária na perspectiva das contradições “marxiana”, a saber: 1 – Uma Crítica da Contradição dos Discursos; 2 – Uma Crítica da Contradição das Práticas Assistencialistas; 3 – Uma Crítica da Associação Política; 4 – Uma Crítica da Ausência Colaborativa; 5 – Uma Crítica da Submissão ao Mercado;

Torna-se necessário afirmar que tais contradições partem da percepção de que a Economia Solidária apresenta-se limitada em cada uma destas instâncias, quando analisada sob a luz dos princípios de emancipação plena discutidos anteriormente.

Na perspectiva “marxiana”, os discursos de emancipação apontam para a necessidade de uma ruptura plena com o sistema. Em contraposição, os discursos solidários no limite apregoam uma convivência pacífica com o modelo capitalista, assumindo que não seria viável a ruptura concreta de forma radical.

Nos argumentos de ruptura radical de Marx e Engels, o centro da revolução estaria na organização social do trabalho, onde o trabalhador consciente tomaria as decisões e o controle acerca de sua força de trabalho em favor de uma organização mais justa da produção e da distribuição das riquezas.

Embora o modelo solidário pregue uma nova forma de organização do trabalho, seu discurso não é de ruptura, nem de que os trabalhadores e os atores marginalizados apropriem-se de sua força de trabalho compondo uma nova organização social contrária ou resistente ao modelo capitalista.

Santos (2002) e Singer (1999) defendem que os argumentos da nova organização social do trabalho ou do modelo de uma nova economia sejam disseminados de maneira gradativa. A contradição presente nesse discurso dá margem para uma crítica acerca do enfraquecimento dos ideais e do potencial que a Economia Solidária teria para levar os atores à emancipação plena.

Acerca da contradição das práticas assistencialistas que o modelo solidário propõe, tem-se que as associações ou agrupamentos solidários muitas vezes fomentados por incubadoras tecnológicas, por centros públicos de economia solidária, por ONG's, ou por algum outro tipo de promoção de atividades laborais de grupos de atores marginalizados, acabam por confundir-se por um viés assistencialista.

Isso se deve pelo fato de que, diferente de uma perspectiva marxiana, que defenderia práticas independentes dos grupos com orientação apolítica, o modelo contemporâneo está em muito vinculado à política pública de inclusão social, em particular em países emergentes (como o Brasil), sendo então facilmente confundido o teor da economia solidária com o de uma política social ou assistencial.

Neste contexto, a crítica que se faz se refere ao distanciamento entre os discursos da Economia Solidária, que poderiam inclusive promover a emancipação dos atores vinculados às iniciativas, e aos discursos de assistência que o modelo acaba por afirmar de forma amenizadora por meio da geração de renda e emprego informal.

Critica-se também o fato de que muitas das iniciativas solidárias acabam isoladas em sua pouca representatividade econômica e ideológica, ganhando contornos que se distanciam muito do que seria a emancipação dos atores, e acabando por confundir-se com perspectivas psicossociais, comportamentais, ou mesmo com práticas

de auxílio emocional, pelas quais os atores não são emancipados, mas sim tratados de doenças da *psique*.

A contradição acerca da associação política ganha força quando os discursos e práticas do modelo solidário passam a associar-se aos discursos políticos da esfera decisória do poder capitalista. Sob uma perspectiva marxiana, são inviáveis ao sistema modelos ou discursos contrários à lógica de dominação e submissão à perspectiva econômica, da mesma forma como para Marx (1998) se torna inviável discutir um modelo de oposição ao sistema que esteja associado aos discursos hegemônicos.

Nesta perspectiva, o modelo contemporâneo da Economia Solidária, uma vez associado à ação política, fugiria de sua essência emancipatória para responder aos interesses do modelo político atrelado à perspectiva econômica do mundo ocidental, o que o alijaria de suas reais condições de oposição ao capitalismo.

Outra perspectiva que pode ser discutida acerca dessa contradição seria a presença de implantes corruptos nas instâncias políticas que poderiam contaminar as instâncias de promoção da Economia Solidária, uma vez que, havendo um processo de penetração dos interesses pessoais de políticos ou grupos políticos, e mesmo de grupos organizacionais, poderia, segundo Marx (1998), prevalecer a lógica dos interesses subalternos em relação aos interesses reais sociais que uma conjuntura de libertação defenderia.

Sobre a contradição da ausência colaborativa, pode-se dizer que quando Marx e Engels (1848) defendiam a associação dos trabalhadores em favor de uma organização social do trabalho, estes tinham a expectativa de que um dia os trabalhadores poderiam dirigir seu próprio trabalho, tomando decisões acerca de si mesmos.

A crítica nesse caso é realizada pela ausência real de colaboração dentro das iniciativas solidárias e entre estas, uma vez que pelo enviesamento político e de práticas assistencialistas, chega-se a uma instância em que muitas vezes não há a democracia plena que se apregoa dentro de uma iniciativa solidária.

Da mesma forma, em vez de haver um enriquecimento da sociabilidade entre os membros da iniciativa, há um crescimento de ganância e ambição em que parte destes pretende alçar-se à condição de líder ou representante da iniciativa, pois desfrutaria de um *status* de poder perante seus pares.

No que se refere à contradição da submissão ao mercado, já foi dito que no modelo convencional existe uma pacífica coexistência entre as iniciativas solidárias e as empresas de capital público ou privado, assim como entre as relações de subsistência e de mercado. No entanto, os princípios de emancipação plena defendidos por Marx

(1844) não previam esta associação entre a organização do trabalho formada pelos trabalhadores e a organização econômica de mercado capitalista.

Ainda que Marx seja acusado de certa miopia em seus discursos e que os tempos históricos sejam distintos, a associação ao mercado convencional somada à ausência de cooperação, e à associação aos discursos políticos hegemônicos, faz com que as iniciativas solidárias sejam enfraquecidas ao ponto de se tornarem parte do sistema de mercado e não mais uma alternativa à organização social vigente.

Também se deve ponderar que a Economia Solidária nesta perspectiva é observada como apenas um esforço sem reflexos profundos na sociedade, e que este esforço não seria potencialmente ameaçador, pois estando aprisionado nos pilares anteriores não seria capaz de se sobrepor ao modelo empresarial. Com estas premissas críticas, pode-se afirmar que as contradições existentes na Economia Solidária, nos moldes em que é trabalhada na conjuntura contemporânea, e em particular no contexto brasileiro, a tornam fraca enquanto modelo alternativo emancipatório e enquanto política pública.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As desigualdades assistidas em nossa sociedade, tão evidentes na atual conjuntura, são alvo de análises e críticas desde que o capitalismo se consolidou como o sistema hegemônico. Em meio a este sistema contraditório, que notoriamente não favorece o bem-estar social, discute-se alternativas, seja de resistência organizada ou de uma nova ordem social, que leve os indivíduos à emancipação e à apropriação de sua força de trabalho, bem como dos resultados por ela gerados.

Neste contexto, a emancipação dentro das concepções marxianas seria uma total ruptura com a lógica e racionalidade capitalista, não sob uma perspectiva revolucionária, ainda que se necessário, mas pelo despertar libertador dos indivíduos acerca de sua condição de alienados em uma nova realidade que os aproxime das condições que moldem uma nova sociedade centrada no social.

A Economia Solidária, em sua concepção tradicional, foi apresentada como o modelo capaz de libertar os indivíduos das amarras do capitalismo. Mas, depois do enquadramento desta como política pública no Brasil, tem-se verificado um distanciamento desses ideais. Pelo que se pode verificar, essa política pública se mostra ineficiente na promoção de uma real emancipação dos marginalizados e na inclusão dos excluídos, configurando-se como apenas como mais uma política dentro do programa social brasileiro de geração de renda e emprego.

Além de se apresentar distante de seus princípios, a economia solidária como é desenvolvida na perspectiva de uma política pública, não cumpre a maioria dos papéis a que se proporia como política social, pois dadas as limitações das diferentes esferas de gerenciamento político-administrativo existentes nas esferas de poder governamental, tem-se como consequência a proliferação de iniciativas solidárias financiadas pelo Estado, que acabam configurando-se como políticas maniqueístas, estratégicas e populistas, que promovem iniciativas sem potencial para resistir ao modelo capitalista, não gerando sequer a emancipação econômica que atenuaria a questão social mais latente, da pobreza.

Por fim, cabe destacar que este ensaio teve como interesse despertar um debate crítico que pudesse se aprofundar nos meandros desta perspectiva, de maneira que através de estudos futuros seja viável desvendar, por vias empíricas, aspectos que permanecem obscuros. Neste sentido, espera-se que outros estudos sejam desenvolvidos, e que, dentro das conjunturas de poder, sejam questionados os órgãos ou instituições promotoras deste modelo e que são financiadas pelo Estado por meio de distintos projetos, sendo pertinente inclusive questionar o papel da SENAES enquanto esfera executora desta política pública.

REFERÊNCIAS

- ADLER, P. S. **Marx and the organization studies today**. Oxford University Press. 2009.
- BARBOSA, R. N. C. **A Economia Solidária como Política Pública**. São Paulo: Cortez, 2007.
- _____. **A Política Pública de Economia Solidária**. São Paulo: Cortez, 2008.
- COELHO, L. **Economia da família**. In: CATTANI, Antonio David; LAVILLE, Jean-Louis; GAIGER, Luiz Inácio; HESPANHA, Pedro. **Dicionário internacional da outra economia**. Edições Almedina. São Paulo. 2009.
- DOWBOR, L. **Democracia Econômica: No horizonte das teorias**. Versão livre disponibilizada pelo autor. São Paulo. Brasil. 2006.
- ENGELS, F. **Revolução e Contra-Revolução na Alemanha**. Boitempo Editorial. Versão reproduzida. 1852.
- GAIGER, Luiz Inácio in: CATTANI, Antonio David; LAVILLE, Jean-Louis; GAIGER, Luiz Inácio; HESPANHA, Pedro. **Dicionário internacional da outra economia**. Edições Almedina. São Paulo. 2009.
- GODOI, C. K.; BANDEIRA-DE-MELLO, R; SILVA, A. B. **Pesquisa qualitativa em estudos Organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos**. São Paulo: Saraiva, 2006.
- GRAMSCI, A. **Men or Machines**. Translated: Natalie Campbell. Original Published: Avanti. 1916.
- MANÇE, E. A. **Redes de colaboração solidária – Aspectos econômico-filosóficos: complexidade e libertação**. Petrópolis. Vozes. 2002.

MARENS, R. **It's not just for communists any more: Marxian political economy and organization theory**. Oxford University Press, 2009.

MARX, K. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. Boitempo Editorial – Versão Reproduzida. Brasil, 1844.

_____. **Luta de Classes e Luta Política**. Boitempo Editorial – Versão Reproduzida. Brasil, 1847.

_____. **Trabalho Assalariado e Capital**. Boitempo Editorial – Versão Reproduzida. Brasil, 1849.

_____. **Contribuição à crítica da economia política**. Martins Fontes. Brasil, 1998.

MARX, K; ENGELS, F. **Manifesto Comunista**. Boitempo Editorial – Versão Reproduzida. Brasil, 1848.

_____. **A Ideologia Alemã**. Introdução: Jacob Gorender tradução: Luis Cláudio de Castro e Costa. São Paulo: *Martins Fontes*, 1998.

SANTOS, B. S. Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática – **A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência**. Boaventura de Souza Santos. 4. ed. São Paulo Cortez. 2002.

SINGER, P. **Globalização e desemprego**: diagnóstico e alternativas. São Paulo: Contexto, 1999.

_____. **Introdução à Economia Solidária**/Paul Singer – 1ª ed. – São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SNAPE, D.; SPENCER, L. The foundations of qualitative research. In: RITCHIE, J.; LEWIS, J. **Qualitative research practice**. Londres: Sage, 2008.

Submetido em: 06/06/2020

Aprovado em: 02/07/2020

